

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CAMPUS VII – CODÓ/MA
CURSO LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA

MARCOS ANTONIO DA SILVA DOS SANTOS

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CODÓ: uma estratégia para o desenvolvimento sustentável local.

CODÓ-MA
2019

MARCOS ANTONIO DA SILVA DOS SANTOS

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CODÓ: uma estratégia para o desenvolvimento sustentável local.

Trabalho de conclusão de curso da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História sob orientação da Prof.^a Dra. Liliane Faria Corrêa Pinto.

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Santos, Marcos Antonio da Silva dos.

Economia Solidária em Codó : uma estratégia para o desenvolvimento sustentável local / Marcos Antonio da Silva dos Santos. - 2019.

36 f.

Orientador(a): Liliane Faria Corrêa Pinto.

Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO Campus VII - Codó, 2019.

1. Desigualdade Social. 2. Economia. 3. Solidária.
4. Sustentável. I. Pinto, Liliane Faria Corrêa. II.
Título.

MARCOS ANTONIO DA SILVA DOS SANTOS

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CODÓ: uma estratégia para o desenvolvimento sustentável local.

Aprovado em: _____ / _____ / 2019.

EXAMINADORES:

Prof^a. Dra. Liliane Faria Corrêa Pinto

Prof^o. Dr. Domingos Ribeiro Mendes Junior

Prof^o. Dr. Dilmar Kistermacher

Codó-Ma
2019

AGRADECIMENTOS

A Deus, Senhor, fonte de todos os dons, que me acompanha em todos os momentos de minha vida;

A minha família, pela confiança, paciência, compreensão e carinho que dedicaram à minha pessoa até hoje;

Aos meus amigos e colegas de Curso, pela amizade, companhia e incentivo ao longo da jornada;

Aos queridos professores que, com seus conhecimentos e experiências me possibilitaram a efetivação de novos conhecimentos;

E finalmente meus agradecimentos são a todos e todas que diretamente e ou indiretamente contribuíram neste meu caminhar, em particular à minha orientadora, professora Dra. Liliâne Faria Correa Pinto, pela valiosa contribuição na realização deste trabalho monográfico.

O meu abraço a todos e todas.

“O mundo não será melhor se ficar mais rico, mas se todas as pessoas crescerem em igualdade”.

(Zilda Arns Neumann).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. ORIGEM HISTÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	12
2. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	15
3. CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	17
4. ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	19
5. PESQUISA DE CAMPO	22
5.1 CASO DA COOAAFA	23
5.2 CASO DA ASFOCO.....	277
5.3 CASO DO FUNDEFESRC.....	3030
CONSIDERAÇÕES FINAIS	344
REFERÊNCIAS	355

LISTA DE ABREVIATÖES

AGRITEC – Feira da Agricultura Familiar e Agroecologia do Maranhão.

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária.

ASFOCO – Associação de Formação e Capacitação dos Cocais.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

COOAAFA – Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras Familiares Agroextrativistas.

CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidaria.

FDS – Fundo Diocesano de Solidariedade.

FNS – Fundo Nacional de Solidariedade.

FUNDEFESRC – Fundo de Desenvolvimento e Fomento da Economia Solidaria da Região de Codó.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

MST – Movimento sem Terra.

PA – Projeto de Assentamento.

PACs – Projetos Alternativos Comunitários.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.

RESUMO

A nossa realidade mostra uma sociedade totalmente dividida em classes sociais onde vemos que boa parte da população vive em pobreza sem acesso ao trabalho, neste sentido temos a necessidade de políticas e meios para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida dessas pessoas, mas somente utilizando meios eficazes e necessários. Esta pesquisa tem como objetivo conhecer a importância da economia solidária e do desenvolvimento sustentável como uma ferramenta de auxílio na redução das desigualdades sociais sem com isso comprometer os recursos naturais existentes hoje pensando na geração de amanhã. O desenvolvimento sustentável tem a finalidade de suprir a necessidade de hoje sem comprometer os recursos para o futuro. A economia solidária demonstra a importância do trabalho como meio de inclusão social, favorecendo tanto quem vende como quem compra onde o mais valorizado não é o dinheiro, mas sim o ser humano.

Palavras – chave: Economia; Solidária; Sustentável; Desigualdade social.

ABSTRACT

Our reality shows a fully society divided into social classes where we see that a large part of the population lives in poverty without access to work. In this sense we have the need for policies and means for the development and improvement of living conditions of these people, but only using effective means and necessary. This research aims to know the importance of the solidarity economy and sustainable development as a tool to aid in the reduction of social inequalities without compromising natural resources today, thinking about the generation of tomorrow. Sustainable development aims to meet the needs of today without compromising the resources for the future. The solidarity economy demonstrates the importance of the work as a means of social inclusion, encouraging both who sells as who buys where the most valuable is not the money, but the human being.

Keywords: Economics; Solidarity; Sustainable; Inequality social.

INTRODUÇÃO

Este trabalho vem pesquisar sobre a importância da Economia Solidária como ferramenta de auxílio para o desenvolvimento sustentável local, buscando compreender como ela pode contribuir para a redução das desigualdades sociais nas comunidades onde essa forma de trabalho é adotada.

Dessa forma, a metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico, documental, entrevistas informais e anotações. A pesquisa tratou de reunir exemplos empíricos de experiências de empreendimentos econômicos solidários existentes em Codó. Para isso foi realizado o estudo de três casos, dos quais foram as principais modalidades de como se difundiu a economia solidária no Brasil – Cooperativa, Associação e Fundos: o primeiro caso da COOAAFA, o segundo ASFOCO e o terceiro caso FUDEFERSC.

Na análise da economia solidária como alternativa para desenvolvimento sustentável local, fez necessário estudo sobre conceito de desenvolvimento sustentável, do qual trataremos em um dos capítulos do nosso trabalho.

Não é de hoje que o desenvolvimento sustentável vem sendo apontado como alternativa às preocupações universais no que se trata sobre o futuro do planeta terra. E diante disso, têm surgido diversas formas de contribuições através de pesquisas, estudos, práticas e etc. que resultou em vários eventos municipais, estaduais, nacionais e até mundiais.

Outro campo de abrangência da economia solidária é educação e, é investindo na formação e capacitação de seus integrantes que nos faz lembrar o empenho dos owenistas para que a educação cooperativa se tornasse um dos princípios do cooperativismo, como afirma Singer (2002), “para eles, os homens são o que a educação (ou sua falta) faz deles e os vícios e o egoísmo são fruto de uma educação errada”.

Através deste, expomos alguns traços das análises que retratam as experiências de produção associada como alternativa para o desenvolvimento sustentável local, que tenho analisado ao longo do trabalho de campo, esse trabalho foi realizado em três modalidades (cooperativa, associação, fundos solidários) dos quais a economia solidária se deu forma no Brasil, como afirma Paul Singer (2002), “a economia solidária reviveu no Brasil. Ela assumiu forma de cooperativa e associação produtiva, sob diferentes modalidades, mas sempre auto gestonária”.

No percurso do trabalho da pesquisa de campo, o diálogo com os cooperados foram se aprofundando e os relatos ficaram cada vez mais evidentes que a Cooperativa é uma instituição juridicamente constituída, composta por direção eleita, membros filiados, dia de produção, reuniões constantes de cooperados, que juntos elaboram planejamentos e executa as ações de acordo com os planos.

Além de objetivar a organização da produção, comercialização e mobilização social, a COOAAFA busca reduzir a participação dos os comerciantes atravessadores que ainda estão presente na economia local, acreditando assim, que articulada com outras organizações possa vencer esses obstáculos. O caso da COOAAFA – Cooperativa dos agricultores e agricultoras familiares agroextrativistas Codó/MA, é o resultado de uma luta de resistência e superação dos trabalhadores e trabalhadoras do PA Monte Cristo em defesa dos babaçuais e reconhecimento dos valores agregados ao mesmo.

A partir dos relatos de sócios (as) que tivemos a oportunidade de dialogar durante o trabalho de campo na ASFOCO pode-se constatar que a satisfação em participar desta Associação é muito ampla, vai desde os interesses individuais de potencializar seus conhecimentos para adquirir uma renda extra, até os interesses coletivos que é trabalhar em prol de uma sociedade mais justa com pessoas esclarecidas e conscientes dos seus afazeres.

A pesquisa de campo realizada no FUDEFESRC torna visível o trabalho desenvolvido pelo Fundo de Desenvolvimento e Fomento da Economia Solidaria da Região de Codó mostrando que essas ações têm potencial necessário para contribuir com o desenvolvimento sustentável local e com a redução da desigualdade, pois integram aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, e assim por diante.

1. ORIGEM HISTÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária teve suas origens históricas logo após o capitalismo industrial. Sua existência deve-se ao “espantoso empobrecimento dos artesãos, provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção” (SINGER, 2002, p. 24).

De acordo com Thompson (1987), “todos os estágios do processo de especialização e diferenciação industrial atingiram a economia familiar, afetando as relações habituais entre marido e mulher, pais e filho, aumentando a distinção entre trabalho e vida”. Com isso,

os operários e lavradores, em dificuldade com as novas condições econômicas decorrente da Revolução Industrial e da formação dos estados nacionais, perceberam a necessidade de se associarem para chegarem ao mercado como grande bloco, tanto de consumidores como de fornecedores. (PINTO, 2006, p. 10).

Diante de tamanha exploração do trabalho que acontecia nas fabricas e espantoso empobrecimento dos artesãos surgiu várias leis de proteção dos trabalhadores vindas de pessoas mais esclarecidas. Entre elas, se destacou o britânico conhecido como Robert Owen, proprietário de imenso complexo têxtil em New Lanark. “Owen ainda na primeira metade do século XIX, propôs limitar a jornada de trabalho e proibir o emprego de crianças para as quais ergueu algumas escolas” (SINGER, 2002, 25).

De acordo com Pinto (2006), “Owen acreditava que os homens eram frutos do meio e propunha a remoralização das classes inferiores para que tornassem racionais pela modificação do ambiente em que viviam e de todo o regime econômico e social”. As consequências provocadas pela Revolução Francesa e os ciclos de guerras que atingiu toda a Europa, foram graves, provocando um intenso desestímulo à economia europeia. Diante esse cenário, Owen apresentou uma proposta para auxiliar as vítimas da pobreza e do desemprego e restabelecer o crescimento da atividade econômica. “No entanto, o governo britânico se negou a implementar o engenhoso plano de Owen” (SINGER, 2002, 26).

De acordo com Singer, (2002), Owen “partiu para os Estados Unidos com a intenção de erguer num meio social novo, e por isso menos deteriorado, uma aldeia cooperativa que seria um modelo da sociedade do futuro” e lá foi fundada a primeira

aldeia cooperativa experimental, mas não teve muito sucesso, mesmo posteriormente tendo surgindo várias outras comunidades semelhantes.

Impulsionados pelas ideias de Robert Owen, alguns de seus discípulos criaram sociedades cooperativas por toda parte. A primeira delas foi criada em Londres, como afirma Singer,

A primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudie, que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres e propôs que formassem uma comunidade para juntos viverem dos ganhos de suas atividades profissionais. (SINGER, 2002, p. 27).

Foram vários outros empreendimentos cooperativos que surgiram no início do século XIX, no entanto, poucos obtiveram sucesso, no que se tange em dá continuidade às atividades e consolidar uma emancipação.

O movimento foi tão intenso que de acordo com Singer (2002), em apenas três anos já existiam mais de 300 cooperativas. No entanto o movimento não parou e “os participantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro”. (SINGER, 2002, p. 38).

Mas foi a cooperativa de Rochdale que deu os fundamentos básicos do pensamento cooperativista que com as especificações e definições de seu estatuto, consolidou as várias tentativas anteriores de formação de sociedades sustentadas pela ajuda mútua e serviu de modelo para outras organizações semelhantes (PINTO, 2006, p. 11).

A partir daí o movimento cooperativista ganhou forma e se expandiu por toda a Europa. No entanto, cada país a desenvolveu com formas próprias, ajustando-a conforme a realidade local, como afirma a autora,

Na Inglaterra, o cooperativismo cresceu entre os operários das fábricas e se instituiu a partir de sociedades cooperativas de consumo. Na França foram as cooperativas de produção as que se destacaram. E na Alemanha e na Itália, foi o ramo do crédito, nos respectivos sistemas Raiffeisen e Luzatt, que fundamentou a doutrina cooperativa. (PINTO, 2006, p. 11).

E foi assim que a doutrina cooperativista se difundiu na Europa e no mundo tomando várias vertentes e se adequando de acordo a realidade encontrada. “A

doutrina cooperativa tomou várias formas e se desenvolveu adequando-se às potencialidades de cada região em que se estabeleceu” (PINTO, 2006, p. 29). Em seu trabalho, “Cooperativas de café: uma leitura sobre as políticas públicas de incentivo ao cooperativismo, 1903-1922”, Pinto (2006) analisa duas linhas cooperativistas distinguidas por Pinho, os “doutrinários” (os que seguem os princípios de Rochdale) e os “teóricos” (teoria desenvolvida pela Universidade de Münster - Alemanha, que vê a cooperativa como uma empresa modernamente administrada), onde ela divide o agrupamento chamado de “doutrinários” em dois outros grupos. Sendo assim, ela apresenta três formas de se compreender o cooperativismo: a primeira, ver o cooperativismo como a única forma de melhoria do mundo e da economia, essa ela classifica como a doutrina com seu aspecto “romântico”, também conhecido como “vertente pioneira”; a segunda forma de pensar o cooperativismo, que é a que nos interessa aqui nesse trabalho, é o da economia solidária e; a terceira, que “corresponde à vertente teórica, compreende o cooperativismo isento de uma ideologia salvacionista, pensando o mesmo como uma opção administrativa para a sociedade de cooperação” (PINTO, 2006, p. 39 – 40).

As cooperativas inspiradas no movimento owenista estava estritamente relacionada com a luta de classes. Com isso o owenismo foi assumido pelo crescente movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora.

Foi assim que se deu a origem histórica da economia solidária. Como afirma Paul Singer (2002), “este momento inicial surge através do “cooperativismo revolucionário”, pois este é o componente que tornou evidente os laços que unem a economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo”. Segundo Culti (2006), “a economia solidária tem como antecedente principal o cooperativismo operário que surgiu como forma de reação à Revolução Industrial ocorrida durante o século XIX”.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

É difícil encontrar uma data definida em que a economia solidária chegou ao Brasil, os estudos apontam vários eventos que se desenvolveram e caracteriza esse acontecimento. Singer (2002), em sua obra “Introdução à economia solidária”, afirma,

Com a crise social das décadas perdidas de 1970 e 1980, em que o país se desindustrializou, milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social, a economia solidária reviveu no Brasil. Ela assumiu forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades, mas sempre autogestionária... (SINGER, 2002, p. 122).

Para Lechat (2002), o conceito economia de solidariedade aparece no Brasil pela primeira vez em 1993, num texto do autor chileno Razeto, que a concebe como uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas. Pinto (2006), fala que “segundo Singer, a economia solidária não é fruto da “criação intelectual” de alguém e sim uma construção dos trabalhadores ao lutarem contra o capitalismo”. (PINTO, 2006, p. 41).

Lechat (2002) destaca que vários eventos contribuíram no debate da temática economia solidária. Porém, dois encontros foram essenciais para a construção do pensamento em prol da economia solidária no Brasil:

O primeiro aconteceu por ocasião de uma mesa redonda sobre o tema *Forma de Combate e Resistência à Pobreza*, realizada em setembro de 1995, durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia. O segundo foi o III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteaf) que teve lugar em São Paulo nos dias 30 e 31 de maio de 1996 (LECHAT, 2002, p. 130).

Para Singer (2002), a economia solidária começou a se desenvolver no Brasil na década de 1980 e só veio a crescer a partir de 1998 (Pinto, 2006, p.41). Fazendo uma análise do Diagnóstico Territorial da economia solidária – Vale do Itapecuru e Cocais – Maranhão, constatei que nessa década, em diversos Estados brasileiros, vários movimentos começaram a lutar por uma economia baseada na cooperação e solidariedade, animada por organizações como a Cáritas brasileira, Movimento Sem Terra – MST, Comissão Pastoral da Terra – CPT, entre outras,

buscavam uma alternativa que pudesse contrapor ao modelo de desenvolvimento imposto pelas elites locais, (Fundação Grupo Esquel Brasil, 2016, p. 021).

A Cáritas Brasileira foi uma das organizações que financiou milhares de iniciativas pelo Brasil, abrindo cominhos para o processo de consolidação da economia solidária, como afirma Singer,

Ainda nos anos de 1980, a Cáritas, entidade ligada à CNBB, financiou milhares de pequenos projetos denominados PACs – Projetos Alternativos e Comunitários, que logo mais tarde uma boa parte deles se transformou em unidades de economia solidária. (SINGER, 2002, p. 122).

Vale ressaltar ainda a importância de eventos que contribuíram para a consolidação e fortalecimento da economia solidária no Brasil que subsidiaram temas importantes em torno do movimento. Esses movimentos se intensificaram a partir do início do século XXI.

Nos primeiros anos do século XXI, as organizações começaram se encontrar para organizar o movimento da economia solidária. O Fórum Social Mundial de 2001 em Porto alegre marca o início do movimento nacional, que, em 2003, se consolida na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. Os primeiros Fóruns Estaduais nascem no mesmo ano, inclusive o Fórum Estadual do Maranhão. Com a eleição do governo Lula, o movimento conquista a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES dentro do Ministério de Trabalho e emprego. (Fundação Grupo Esquel Brasil, 2016, 022).

Após esse período, a luta do movimento de economia solidária ganhou força e torna evidente que esta forma de organização continua crescendo e se espalhando por todo o país, como mostra um mapeamento feito pela SENAES, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, revelou que em existia 14.959 empreendimentos econômicos solidários, em 2.274 municípios do Brasil, isso corresponde a 41% dos municípios do país. (BRASIL, 2007, p. 14).

3. CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O conceito de economia solidária é muito recente, por isso a sua definição ainda é algo em construção. São muitos os estudos em torno dessa temática e muito ainda estão por vir. De acordo com Lechat (2005), ela apresenta várias concepções. O que nos dias de hoje denomina-se por economia solidária “ficou por décadas imersas, sob títulos como autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular” (LECHAT, 2005, p. 11). Pinto (2006) nos fala, que para Lechat, essa dificuldade deve-se aos vários eventos e elemento que contribuíram para essa construção.

Só em 1996, após alguns congressos e discussões sobre a relação de trabalho e as empresas de autogestão que o conceito de economia solidária vai ser realmente utilizado em julho de 1996, a Folha de São Paulo publica a matéria “economia solidária contra o desemprego” e em 1998, Paul Singer já usa o termo no prefácio do livro do III Encontro da ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (PINTO, 2006, p. 42).

De acordo o professor Paul Singer (2002), “a economia solidária é um modo de produção onde seus princípios básicos são propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. “Em 1994, Laville caracterizava a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do estado” (LECHAT, 2002, 125).

A economia solidária, mais do que um modo de produção, é um modo de vida. O espírito da economia solidária é cooperar, viver melhor juntos. Ela nos obriga a ver as pessoas sob outro olhar. Todos pensam juntos. Todos decidem juntos. Os ganhos não são só materiais. São também não materiais. O espírito da economia solidária é empoderar as pessoas pela dissolução do poder nelas, em todos e todas (GADOTTI, 2009, p. 48)

A economia solidária tem uma dinâmica de se reinventar dentro das realidades vividas por diversas comunidades, pois se faz presente nas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras na busca efetiva de melhores condições de vida, se fortalecendo como alternativa viável na geração de trabalho e renda.

A economia solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria das (os) trabalhadoras (es) não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir

riquezas e que um número sempre maior de trabalhadoras (es) e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista (CARITAS E CFES, 2012, p. 14).

Ela também pode ser definida como um importante instrumento de combate às desigualdades, mostrando que é possível viver em um ambiente de valores com pessoas mais satisfeitas, pois suas “raízes históricas se encontram nas ações e nas lutas de organizações de trabalhadores, de movimentos populares, de grupos engajados nas universidades e igrejas. (BRASIL, 2007, p. 12).

A economia solidária é um poderoso instrumento de combate a exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todas (os), provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana. (CÁRITAS E CFES, 2012, p. 8 - 9).

Por fim, a economia solidária se comporta como importante espaço de produção, formação, cooperação e comunicação para comunidades pobres em relação às profundas modificações incididas no mundo do trabalho. “São milhares de organizações coletivas, organizadas sob a forma de autogestão que estão realizando atividades de produção e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário” (Fundação Grupo Esquel Brasil, 2007, p. 5).

4. ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Assim como a economia solidária, o desenvolvimento sustentável é um termo que vêm sendo muito discutido na atualidade como proposta em contraposição ao sistema de produção capitalista. O modo de produção dominante, a cada dia que passa, tem explorado os recursos naturais de forma desenfreada causando grandes danos ao meio ambiente, provocando um desequilíbrio à natureza e prejudicando a vida no planeta. Diante disso, são muitas as tentativas de consolidar novas formas de produção que se contraponha o atual.

Gilberto Montibeller Filho, professor do Departamento de Ciências econômicas – CSE/UFSC, em seu trabalho “Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável, Conceitos e Princípios”, enfatiza que foi na década de 1980 que a expressão Desenvolvimento Sustentável se difundiu mundo a fora. Para ele,

O relatório Brundtland, de 1987, da Comissão. Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento, retoma o conceito de Desenvolvimento Sustentável, dando-lhe a seguinte definição: "desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades" (Raynaut e Zanoni, 1993). Examinando os detalhes desta definição, observa-se o seguinte: É desenvolvimento, porque não se reduz a um simples crescimento quantitativo. Pelo contrário, faz intervir a qualidade das relações humanas com o ambiente natural, e a necessidade de conciliar a evolução dos valores sócio-culturais com a rejeição de todo processo que leva à decuituração. É sustentável, porque deve responder às necessidades da população atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responderem às suas (FILHO, 1993, p. 135).

De acordo com as resoluções da I CONAES, “a economia solidária é uma alternativa em contraponto ao modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista”. (III CONAES, 2014). E continua reafirmando que a,

economia solidária poderá vir a se constituir protagonista de uma proposta efetiva de desenvolvimento sustentável, pois ela traz mudanças de comportamento de solidariedade e sustentabilidade, considerado a natureza como fonte de vida e não como objeto ou fonte de lucros, em contraposição aos elevados custos ambiental, social e cultural provocada pela grande produção capitalista (BRASIL, 2014, p. 14).

Na concepção de Singer (2004), a Economia Solidária é formada, principalmente, por empreendimentos autogestionários atuantes em diversas atividades econômicas como a produção, comercialização, consumo e crédito, que, uma vez reunidos em um todo economicamente consistente, cooperando entre si em vez de competirem, constituiriam as bases de um modo solidário de produção podendo superar o sistema capitalista.

Moacir Gadotti (2009), fala que a economia solidária é frequentemente associada ao desenvolvimento sustentável. Segundo ele, a Carta de Princípios da Economia Solidária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES afirma que

a economia solidária constitui um fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida. (GADOTTI 2009, p. 27 - 28).

Desse modo, a economia solidária e o desenvolvimento sustentável são temáticas que se inter-relacionam, podendo ser englobadas pela noção de sustentabilidade. A Economia Solidária é um movimento alternativo e inovador das forças populares que buscam promover uma transformação nas dimensões econômicas, políticas e cultural dos países, a fim de que haja uma sustentabilidade econômica, um equilíbrio ecológico e solidário. Como rege os dez princípios da economia solidária,

1 – Autogestão. Os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e toma suas próprias decisões de forma coletiva e participativa.

2 – Democracia. A Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital.

3 – Cooperação. Em vez de forçar a competição. Convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador, empresa a empresa, país a país, acabando com a “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

4 – Centralidade do ser humano. As pessoas são mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir a satisfação plena das necessidades de todos e todas.

5 – Valorização da diversidade. Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou opção sexual.

6 – Emancipação. A Economia Solidária emancipa, liberta.

7 – Valorização do saber local, da cultura e da tecnologia popular.

8 – Valorização da aprendizagem e da formação permanente.

9 – Justiça social na produção, comercialização, consumo e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem-viver das coletividades e justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana.

10 – Cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras. Os empreendimentos solidários, além de se preocuparem com que a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem, buscam eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função da qualidade de vida, da felicidade e do equilíbrio dos ecossistemas. (BRASIL, 2017, p. 32 -33).

Atendendo essa perspectiva, a Economia Solidária nasceu como uma forma alternativa de enfrentamento às desigualdades socioeconômicas ocasionadas pelo sistema capitalista, tendo em vista a propriedade dos meios de produção de forma coletiva, gerando renda e respeitando o meio ambiente promovendo assim o desenvolvimento sustentável.

Assim, além de valorizar, promover e articular as formas cooperativas e autogestionárias de produção, comercialização, consumo, créditos etc., a Economia Solidária tem em vista a construção de um novo projeto de desenvolvimento para o país, que seja ao mesmo tempo sustentável, solidário, global e coletivo (BRASIL, 2007, p. 22).

Nesse contexto de reorganização dos processos econômicos e das cadeias produtivas, a economia solidária se transforma ao mesmo tempo em uma dinâmica de desenvolvimento autogestionário, solidário e sustentável, que seja local e ou territorial.

5. PESQUISA DE CAMPO

O estudo de caso foi realizado na cidade de Codó/MA. Localizada no leste maranhense, a cidade de Codó faz parte de uma região denominada de Cocais. É chamada assim, devido a predominância do babaçu, planta da família das palmeiras, que, pela fertilidade do solo, prolifera por longas extensões de terra no Maranhão. Além do babaçu, são encontrados na mata o buriti, a carnaúba, a macaúba, entre outras.

Com aproximadamente 120 mil habitantes, segundo o censo de 2010 Codó possui um IDH Municipal de 0,595, ou seja, um IDH baixo. Onde, quase 70% de sua população vivem na zona urbana, e outra faixa de 40 mil habitantes mora na zona rural. Codó é um município territorialmente muito extenso possuindo 4.361,3 km², por isso, a maioria dos habitantes rurais estão espalhados em diversas comunidades e algumas isoladas, com o mínimo de infraestrutura.

Segundo o site oficial da Prefeitura Municipal de Codó, o ano de 1780 marcou o início de seu povoamento. Sua economia era fundamentada a partir das atividades agrícolas de portugueses e senhores da aristocracia rural maranhense, além dos escravos africanos que trabalhavam nas lavouras, índios Barbados e Guanarés e de imigrantes sírios e libaneses (CODÓ, 2016).

Para ser elevado à categoria de vila, o povoado de Codó obteve o auxílio de uma resolução régia assinada em abril de 1833. Mais tarde a Lei Estadual nº 13, sancionada pelo governador Alfredo da Cunha Martins em 16 de Abril de 1896 elevou Codó à categoria de cidade (CODÓ, 2016).

Nesta pesquisa, abordaremos o estudo de três casos em Codó, utilizando três das principais modalidades que difundiu a economia solidária no Brasil - Cooperativas, Associações e Fundos. Liliane Faria Corrêa Pinto, em sua obra "Cooperativas de Café: uma leitura sobre as políticas públicas de incentivo ao cooperativismo, 1903 – 1922", define cooperativa "como uma sociedade cujos membros preceituam em seus regulamentos a intenção de atingir um objetivo comum pela cooperação". Ela afirma que a doutrina cooperativa tomou várias formas e se desenvolveu adequando-se às potencialidades de cada região em que se estabeleceu, (PINTO, 2006, p. 39).

Esse é o caso da COOAAFA - Cooperativa de Trabalhadores e Trabalhadoras Familiares Agroextrativista de Codó/MA, que se desenvolveu de acordo com o potencial da região “coco babaçu”. Com as associações, não foi muito diferente do que aconteceu com as cooperativas, elas também se desenvolveram num âmbito em que se adequasse às condições necessárias para seu funcionamento fosse satisfatório. “Associação é um espaço de cooperação das pessoas para facilitar a solução das necessidades comuns” (CÁRITAS, 2006, p. 8).

O caso escolhido aqui nesse trabalho, a ASFOCO – Associação de Formação e Capacitação dos Cocais, com o seu lema: “Focalizando a vida para a cidadania” trabalha a formação das pessoas, conscientizando-as para o compromisso sociopolítico, socioeconômico, socioambiental e sociocultural, valorizando os saberes populares e a vida dos povos. Já os fundos solidários têm um longo percurso, foi a partir da década de 1980, que ele surgiu com os Projetos Alternativos Comunitários – PACs, desenvolvidos pela CÁRITAS, entidade ligada à Igreja Católica, como afirma Singer (2002), na sua obra: Introdução à Economia Solidária, que “ainda nos anos 1980, a CÁRITAS, entidade ligada à CNBB, Financiou milhares de projetos denominados PACs – Projetos Alternativos Comunitários” (SINGER, 2002, p. 122).

Segundo ele, a crise dos anos 70 e 80, que resultou na desindustrialização do país, ocasionando uma onda de desemprego em massa e acentuada exclusão social que a economia solidária ressurgiu no Brasil, tomando as formas de cooperativas e associações produtivas, sob as diferentes modalidades, mas sempre autogestionária (SINGER, 2002, p. 122).

Nesse trabalho iremos analisar três casos: o primeiro caso da COOAAFA – Cooperativa de Trabalhadores e Trabalhadoras Familiares Agroextrativista de Codó/MA o segundo da ASFOCO – Associação de Formação e Capacitação dos Cocais e; o terceiro caso do FUDEFESRC – Fundo de Desenvolvimento e Fomento de Economia Solidária da Região de Codó.

5.1 CASO DA COOAAFA

A COOAAFA surgiu em julho de 2013, nasce de um processo de mobilização de trabalhadores e trabalhadoras de cinco comunidades e ou

Associações do PA Monte Cristo (Monte Cristo, Santo Exedito, Nova Vila, Eira I e Eira II). Ela tem como objetivo,

administrar os interesses econômicos de seus associados, congregando-os de modo a que desenvolva todo seu potencial interativo, sobretudo nas atividades de trabalho, produção, extração, assistência técnica, serviço de turismo e ecoturismo, pesca e consumo, assim como em todos os campos da atividade sócio econômica da produção familiar, notadamente a integração da produção e extração vegetal e animal e serviços, sustentada por agroindústria. (Ata da Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa de Trabalhadores e Trabalhadoras Familiares Agroextrativista de Codó/MA, 2013).

Ao debruçar sobre os documentos como ata de fundação, estatuto social, relatório de reuniões e de atividades realizadas com e pelos associados, assim como as entrevistas feitas junto aos sócios fundadores e outros, constata-se que a cooperativa foi formada com trabalhadores e trabalhadoras de cinco comunidades quilombolas: Monte Cristo, Cento do Exedito, Nova Vila, Eira I e Eira II.

Em entrevista com um dos cooperados, Manoel Barbosa Filho, Ele fala da dificuldade encontrada pelas quebradeiras do coco babaçu em relação à comercialização, e o empenho da cooperativa na valorização dessas mulheres. “A cooperativa deu uma grande força para às quebradeiras de coco babaçu, que batalham o dia todo para quebrar o coco e tinha uma grande dificuldade de encontrar quem comprasse por um valor que compensasse o trabalho que dá”, (Manoel Barbosa Filho – Eira I). Ele afirma,

hoje nós estamos aqui fazendo isso, valorizando essas quebradeiras de coco, valorizando o produto que elas nos oferecem que é o babaçu. Até hoje ainda se ver em alguns comércios o babaçu sendo comprado por um valor que varia entre R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) a R\$ 1,60 (um real e sessenta centavos). Enquanto o valor aqui na cooperativa é de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos). Acredito que isso veio dar um grande incentivo na extração da amêndoa do coco babaçu diante da batalha que é enfrentada todos os dias na caça, no amontoamento e na quebra. (Manoel Barbosa Filho – Eira I).

De acordo com o senhor Manoel, esse foi um dos fatores que incentivou a criação da cooperativa, bem como o que fez com que ele se interessasse em fazer parte da mesma. Motivo que também atraiu dona Maria da Conceição Moreira,

Eu tô achando bom. A gente tinha que ir pra cidade para comprar o sabão o sabonete e para vender coco. O dinheiro que poderia ser usado para comprar alguma coisa como a carne e o peixe a gente tinha que pagar a passagem. Agora a gente tá bem aqui, pode vender o coco e compra algumas coisas que a gente precisa no dia a dia (Maria da Conceição Moreira – Eira II).

Com isso a Cooperativa veio facilitar o acesso ao mercado, melhorando a economia local e integrando mais pessoas que se sentem atraídas pela forma do trabalho desenvolvido, gerando oportunidades para as pessoas que desejam trabalhar de forma coletiva e autogestionária.

Outro campo de atuação da economia solidária é a formação e capacitação de seus integrantes. Nesse processo, a educação se faz necessária para que haja uma ação emancipatória na vida das pessoas,

A educação em economia solidária é definida como uma “construção social” que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política. A economia solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade. Do mesmo modo, a formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em economia solidária e, portanto, compartilham dessa mesma concepção (BRASIL, 2014, P. 22-23).

Na COOAAFA, esse processo também é importante, pois uma das coisas que a maioria dos cooperados avaliam como positivo, se faz presente os momentos que se encontram para compartilharem conhecimentos e aprendizados, como foi diagnosticado durante as entrevistas realizadas com os membros da cooperativa, fica evidente que nesse percurso aprenderam a desenvolver muitas coisas que ainda não sabiam como a confecção do sabão, do sabonete, da pasta de brilho, mingau do mesocarpo do babaçu e a extração do o óleo. Além disso, vários outros campos de participação são proporcionados pela cooperativa, como afirma um dos associados,

“Já tivemos também aqui dentro da sede uma capacitação para melhorar ainda mais o nosso conhecimento e daí pra cá a gente vem representando a cooperativa não só no nosso município, mas também em várias cidades do Estado do Maranhão. Eu mesmo já participei de 08 (oito) AGRITEC no Estado representando a cooperativa, levando os nossos produtos para conhecimento de quem não conhecia, falando como a gente produz, qual a dificuldade

enfrentada para chegar a esse objetivo”. (Manoel Barbosa Filho – Eira I).

Antônia Diomar, da comunidade Centro do Expedito, conclui falando do aprendizado que teve nesse período que participa da cooperativa, diz ela, “a gente aprendeu a fazer sorvete, bombons caseiro, a balinha e sequilho. Aprendemos também a fazer o bolo do mesocarpo. Então, tudo isso foi de melhoria pra nós, o que aprendemos aqui na cooperativa”. (Antonia Diomar – Centro do Expedito).

Mesmo diante de avanços e conquistas, existem também as dificuldades que estão relacionadas à certificação dos produtos, o crime ambiental e o não cumprimento da lei estadual do babaçu livre, como relata um dos cooperados,

a burocracia para legalização, atualização dos registros e todos os documentos necessários para a cooperativa ainda enfrentamos muita burocracia. Outros desafios ainda estão relacionados aos crimes ambientais, onde as autoridades ainda fazem vista grossa, como a derriba inadequada dos babaçuais, as queimas descontroladas, entre outras. Isso pode nos prejudicar mais tarde, provocando a escassez do babaçu. Na cooperativa ainda temos algumas dificuldades, mas são simples e a gente tenta resolver pra que não venha afetar o bom funcionamento da cooperativa. (Raimundo Nonato Bayma Ferreira – Monte Cristo).

Portanto, o trabalho da cooperativa se constitui enquanto uma prática de valor social, cultural, ambiental e econômica e, além disso, se fundamenta também como um ato amplamente simbólico que agrega outros valores, como afirma o Sr. Manoel em entrevista durante o trabalho de campo: “essa cooperativa veio dá uma grande ajuda no desenvolvimento de valor, tanto daquilo que antes era desvalorizado, que é o babaçu”. E ele continua dizendo,

temos aqui também os nossos festivais que é comemorado no mês de abril ou maio de cada ano, este é de grande representação para o nosso trabalho, onde são apresentados todos os produtos oriundos do babaçu (amêndoa, casca, palha, fruto e etc...), mostrando o trabalho das pessoas que trabalham nesta área. (Manoel Barbosa Filho – Eira I).

Durante a pesquisa, pude observar a forma que os trabalhadores atribuíam valor à produção, onde em um dia de cada semana (especificamente, terça feira) os trabalhadores (as) se reúnem para o dia de produção, onde extraem o óleo das amêndoas do babaçu, fabricam sabão, sabonete e outros produtos, além de se

organizarem, realizarem os balanços de entrada e saída de produtos como outros assuntos pendentes, como cita a entrevistada,

a gente passa a semana trabalhando nos nossos afazeres, quebrando coco e fazendo nossas atividades diárias, mas na terça feira tem o compromisso de nos reunirmos na sede da cooperativa para o dia de produção, onde a gente faz sabão, sabonete e extrai o óleo do babaçu. (Maria da Conceição Moreira – Eira II).

O trabalho desenvolvido pela COOAAFA é uma atividade de alto potencial para contribuir com o desenvolvimento local sustentável, por integrar aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, e assim por diante.

Porém, o trabalho de pesquisa desenvolvido torna visível uma situação de informalidade da atividade e de exploração dos trabalhadores por um comércio injusto e marcado por desigualdades. E o papel da Cooperativa se faz necessário no enfrentamento contra o poder arbitrário do comércio local.

5.2 CASO DA ASFOCO

A ASFOCO - Associação de Formação e Capacitação dos Cocais é uma associação civil de natureza filantrópica e sem fins lucrativos ou econômicos, com autonomia administrativa. Ela surgiu no dia 24 (vinte e quatro) de fevereiro de 2010, com sede social na Avenida Cristóvão Colombo, número 1349, Bairro São Raimundo, CEP 65.400-000, Município de Codó, Estado Maranhão.

Os objetivos da ASFOCO são amplos e corresponde com os objetivos traçados pelo movimento de economia solidária. Os objetivos da associação são,

- Promover a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos;
- Estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalize a consecução dos presentes objetivos;
- Promover projetos e ações que visem a preservação, bem como a recuperação de áreas degradadas no meio ambiente urbano e rural, bem como a proteção da identidade física, social e cultural de agrupamentos urbanos com recursos próprios ou advindo de convênios ou outras formas jurídicas possíveis;
- Estimular a parceria, o diálogo local e solidariedade entre os diferentes seguimentos sociais, participando junto a outras entidades de atividades que visem interesses comuns;
- Promover a formação e capacitação nas áreas de políticas públicas, visando o desenvolvimento social;

- Propor a transformação e participação individual e familiar em participação grupal e comunitária;
- Estimular a organização na área de artesanato, visando apoiar as iniciativas dos artesãos para a geração de renda;
- Conveniar-se com as organizações privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras, visando à colaboração para execução de programas e atividades de formação e aperfeiçoamento: a ASFOCO poderá aceitar auxílios, contribuições ou doação, bem como firmar convênios com organismos ou entidades públicas ou privadas;
- Incentivar e valorizar a participação voluntária de pessoas e/ou instituições interessadas em contribuir para a melhoria das condições de vida;
- Promover a geração de trabalho e renda comunitária, através do ensino de praticas produtivas cooperativista e associativistas de valor cultural e/ou econômico;
- Promover o incentivo da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- Promoção gratuita da educação e da saúde, incluindo a prevenção de HIV/AIDS, DST e de consumo de drogas;
- Preservação, defesa e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável. (ESTATUTO SOCIAL DA ASFOCO)

Durante o estudo dos documentos como ata de fundação, estatuto social, relatório de reuniões e de atividades realizadas com os associados, assim como as entrevistas feitas com os sócios fundadores e outros, bem como uma busca na página do Facebook, pode constatar que a ASFOCO foi formada a partir da iniciativa de um grupo de pessoas que, comovidos diante a realidade vivida pelas comunidades, resolveram criar uma instituição que viesse trabalhar formação e a capacitação das mesmas, promovendo o conhecimento e o empoderamento das pessoas, como afirma uma das sócias entrevistadas,

a ASFOCO começou através de um grupo de pessoas participantes da paróquia de São Raimundo, do município de Codó, que percebeu a necessidade das pessoas das comunidades mais carentes tem de obter o conhecimento. Então a ASFOCO foi criada para está buscando pequenos projetos de formação e capacitação para essas comunidades dos diversos municípios da região dos cocais. (Maria Antonia Figueiredo da Silva – sócia fundadora).

Com isso a Associação vem a cada dia desenvolvendo ações importantes no ramo de conhecimento de práticas produtivas e na promoção de trabalho e renda com apoio de organizações como Fundo Diocesano de Solidariedade - FDS, Fundo Nacional de Solidariedade – FNS, da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, parceria com o Serviço Nacional de Aprendizado Rural - SENAR entre

outros. De acordo com o histórico das principais atividades desenvolvidas da organização, em média,

a ASFOCO já executou mais de 20 (vinte) pequenos projetos familiares na área de horticultura, criação de animais de pequeno porte, aproveitamento integral do babaçu, do aproveitamento do caju, de artesanato, educação ambiental entre outros. (Maria da Conceição Cruz – tesoureira da Asfoco).

É possível também destacar que todas as atividades desenvolvidas pela ASFOCO, visam em primeiro lugar, o respeito à vida – e isso começa pela conscientização e educação ambiental, onde a Instituição tem seu maior destaque. No segundo semestre do ano de 2017 e o primeiro semestre do ano de 2018, a ASFOCO, “realizou 10 (dez) oficinas em educação ambiental, que inclui a produção de mudas, a doação de plantas em praça pública, reciclagem entre outros” (Relatório do Projeto 10 oficinas de educação ambiental). Além das formações como palestras, oficinas e seminários, a ASFOCO também se preocupa com o controle social como afirma Maria da Conceição Cruz (atual primeira tesoureira), quando foi questionada sobre o que a ASFOCO faz, a mesma respondeu,

trabalha a formação, em oficinas, palestras, seminários, participação em conselhos de controle social: saúde, criança e educação”. Cada associado, onde está, na família, vizinhança, no trabalho e na comunidade busca ser diferente principalmente com a questão ambiental, também se preocupa com o contexto político do nosso país. (Maria da Conceição Cruz - atual primeira tesoureira)

Um dos fatores que incentivou a criação da Associação foi a precariedade de acesso ao conhecimento e informações básicas que contribui para que se possa viver de forma mais digna e saudável, através da valorização da vida, do respeito, da vivencia comunitária, do cuidado com a natureza principalmente quando se trata de manejo produtivo (dizer não ao agrotóxico), utilizar a queima controlada, que está relacionada ao cuidado com a natureza.

Quando se trata da questão sobre o que a instituição melhorou na vida das pessoas, a pesquisa de campo nos mostra que a mesmo contribuiu muito como foi relatado por uma das sócias, fala que “foi a possibilidade de trazer mais formação para crianças, jovens, mulheres e homens através das oficinas, vivencia e partilha dos associados entre si. E com isso ampliar as oportunidades de trazer novos conhecimentos, (Maria da Conceição Cruz).

Como uma das sócias que contribuiu e contribui muito no processo de capacitações e organização dos projetos, Maria Antonia Figueiredo da Silva, fala que foi e está sendo uma troca de experiência, onde conseguiu agregar muito mais conhecimento através dos projetos realizados.

Já para Francisca Claudieth Oliveira Silva – sócia da Asfoco, fala que “participando da ASFOCO pôde descobrir e potencializar habilidades com artesanato que até então não sabia que tinha. E desde então está trabalhando com artesanato e tendo uma renda extra que contribui muito na renda familiar”.

Portanto, na economia solidária, o processo de formação continua é muito importante, por isso a ASFOCO assumiu esse compromisso e na maioria das vezes funciona como plataforma de formação, capacitação, de organização política, de preservação e valorização da identidade quilombola, das quebradeiras de coco, de comunidades tradicionais e de populações mais vulneráveis, abrindo caminhos para participação nos espaços de controle social.

5.3 CASO DO FUNDEFESRC

O FUNDEFESRC - Fundo de Desenvolvimento e Fomento da Economia Solidária da Região de Codó foi instituído no dia 15 de janeiro de 2008. Mas, de acordo com o Sr. Valdivino Silva, sócio fundador da instituição e um dos entrevistados durante o trabalho de campo, “a entidade existe informalmente desde 1994”. E continua dizendo,

a instituição nasce como apoio ao associativismo e as práticas de economia solidária, luta pela conquista de direitos, acesso ao controle social de políticas públicas e desenvolvimento solidário sustentável local e no enfrentamento e combate ao trabalho análogo ao escravo. (Valdivino Silva – Comunidade São Benedito dos Colocados)

Com isso, a entidade tem promovido alternativas para geração de trabalho e renda na zona rural e urbana apoiando a criação de associações de grupos produtivos nas comunidades com o objetivo de organizar, capacitar e fortalecer a produção e comercialização, visando a melhoria do trabalho coletivo na perspectiva da economia solidária.

De acordo com o estatuto social desta organização, a entidade se denomina da seguinte forma,

ela é uma instituição jurídica de direito privado e comunitário, constituído por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, pautado na solidariedade, de carácter filantrópico, de fomento, fortalecimento promocional da economia solidária no município e região, prestando assessoria e consultoria de âmbito pública e privado sem cunho político partidário com a finalidade de acessar recursos solidários públicos e privados, no âmbito municipal, estadual, nacional e internacional e estará em consonância com os demais fundos e sistema de finanças solidárias com o carácter de atender aos grupos, associações, empreendimentos e toda iniciativa de economia solidária na região, independente de classe social, estadual, nacional, sexo, raça, cor e crença religiosa. (ESTATUTO SOCIAL DO FUNDEFESRC)

O Fundo de Desenvolvimento e Fomento da Economia Solidária da Região de Codó vem desenvolvendo suas ações de acordo com os princípios da economia solidária. Sendo assim, tem como objetivo,

contribuir para o desenvolvimento da economia solidaria na região; fomentar e fortalecer os empreendimentos e iniciativas de economia solidaria na região; desenvolver práticas de finanças solidárias; promover ações para que a economia solidária se torne uma área consolidada na região, com vista na educação, pesquisa, extensão e produção; promover ações para conservação do meio ambiente em áreas degradada e onde existem espécies; organizar a prática de feiras municipal, regional, estadual e nacional. (ESTATUTO SOCIAL DO FUNDEFESRC)

Analisando alguns documentos da instituição como estatuto, ata de fundação, relatórios de atividades realizadas, arquivos de projetos, assim como as entrevistas realizadas com sócios, observa-se que a entidade participou da criação do SINTRAF de Codó e Timbiras e ajudou articular a rede mandioca nessa região, apoiou a criação de 06 grupos e dois empreendimentos de economia solidária e três grupos de agricultura familiar, quatro comunidades da zona rural no que diz respeito à conquista de direito à terra. Para isso,

a entidade tem desenvolvido diversas atividades como oficinas, palestras, encontros, seminários, no campo da economia solidaria com temáticas variadas onde podemos destacar comercialização, fundos solidários, consumo solidário, finanças, cadeia produtiva entre outros. (Antônio Francisco Santana Oliveira - vice-presidente do FUNDEFESRC).

No entanto a instituição vem garantindo apoio institucional e assessoria aos grupos de Codó incentivando a produção agrícola na linha da agroecologia e economia solidária com a finalidade de fortalecer os grupos urbanos e rurais a gerarem trabalho e renda, promovendo assim o desenvolvimento sustentável.

Durante o trabalho de campo, foram constantes os diálogos com os sócios da organização, onde podemos constatar que as ações desenvolvidas pelo fundo na área de formação e promoção com uma diversidade de assuntos que envolvem as temáticas relacionadas à economia solidária. Além dessa diversidade de assuntos, há também a constante mobilização por recursos e perseverança na busca por políticas no campo da economia solidária.

Fundo Solidário é uma metodologia que casa o financiamento de iniciativas produtivas e sociais comunitária com ações de formação e organização popular que estimulam o fomento de um patrimônio coletivo que permita a comunidade organizada se tornar protagonista do seu próprio desenvolvimento econômico e social, (Fundação Grupo Esquel Brasil, 2007, p. 6).

Para alcançar esse protagonismo, as ações do Fundo de desenvolvimento e fomento da economia solidária da região de Codó se faz necessária, como afirma um dos entrevistados,

a entidade tem promovido alternativas para geração de trabalho e renda na zona rural e urbana com apoio a grupos produtivos nas comunidades com o objetivo de organizar, capacitar e fortalecer a produção e comercialização, visando a melhoria da qualidade de vida incentivando o trabalho coletivo na perspectiva da economia solidária. (Valdivino Silva – São Benedito dos Colocados).

“Atualmente a instituição acompanha o desenvolvimento de 10 grupos e 02 empreendimentos econômicos solidários em 05 (cinco) comunidades diferentes (São Benedito dos Colocados, Santana, Mirindiba, Bacabinha e Passagem Grande)”, (Francisco das Chagas Vieira da Cruz – Presidente do Fundefesrc). As atividades de apoio produtivo desenvolvida pela instituição estão relacionadas a,

- I – criação de animais de pequeno porte, como avicultura, caprinocultura, e ovinocultura;
- II – hortifrutigranjeira;
- III – banco de sementes crioulas;
- IV – cadeia produtiva de arroz, milho, feijão, mandioca, batata, etc.;
- V – Confecção;

VI – Artesanatos;
VII – bordado, tricô e crochê;
VIII – apicultura;
IV – piscicultura;
X – beneficiamento de frutas da região;
XI – extrativismo e beneficiamento do coco babaçu.
(Parágrafo único do art. 2 do estatuto social do FUNDEFESRC).

Por fim, o Fundo de Desenvolvimento e Fomento da Economia Solidária da Região de Codó desenvolve suas ações nas perspectivas de promover a cidadania econômica e social das pessoas que se encontram fora da dinâmica convencional do mercado, buscando assegurar o protagonismo dos grupos na organização da produção coletiva e sustentável. Com isso, vêm fortalecendo o movimento de economia solidária na região de Codó com a sua dinamização que envolve todos os processos de formação, capacitação, financiamento, apoio institucional e assessoria aos grupos e empreendimentos econômicos solidários da região de Codó, promovendo espaço de discussão e debate, fazendo com que as pessoas possam se conhecer como atores sociais, construtores de um processo de desenvolvimento sustentável local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, a economia solidária continua a crescer e são significativos os resultados e os benefícios no campo da geração de postos de trabalho, de rendimento, bem como na fomentação do desenvolvimento sustentável local, cuidando e preservando o meio ambiente. Dadas as perspectivas “a economia solidária é um desafio num campo aberto de possibilidades” (CULTI, 2006, p. 16). Ela busca a unidade de produção sem a exclusão de trabalhadores e trabalhadoras do acesso aos seus benefícios.

As experiências aqui relatadas são exemplos claros, sem sombra de dúvidas, que a economia solidária está trilhando por um novo horizonte, rompendo as correntes da dependência, do comodismo e das incertezas. Levando esperança nos lugares desacreditados e desassistidos, promovendo a cidadania das pessoas através do resgate e preservação dos valores e conhecimentos tradicionais dos povos. Neste sentido emerge outra qualidade de vida e de consumo, só possível com a solidariedade entre os cidadãos do mundo. A sua proposta é uma atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento sustentável local como marco de referência.

Por tanto, mesmo alcançando os objetivos traçados neste trabalho, que foi: de analisar três experiências de economia solidária em Codó; conhecer a importância da economia solidária como alternativa para o desenvolvimento sustentável local e; proporcionar um debate teórico com relação às distintas formas que a economia solidária se deu no Brasil – Cooperativa, Associação e Fundo Solidário. Faz-se necessário um esforço por parte das pessoas e comunidades em aprender e experimentar os princípios da economia solidária que se fundamenta na solidariedade, na democracia, na autogestão, assumindo esses princípios na sua vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Economia Solidária, Outra economia acontece**: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social – Brasília, 2007.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MARANHÃO. **Cartilha Associativismo Sustentável**. Estação gráfica Ltda. – Maranhão 2006.

CULTI, Maria Nezilda (2006). **Economia Solidária: Geração de Renda, Mitos e Dilemas**. Disponível em:

http://www.google.com/search?ei=fCwxXcPIKJS750UPI5i2oAk&q=economia+solidária+gera%C3%A7%C3o+de+renda+mitos+e+dilemas+culti+2006&0q=economia+solidária+gera%C3%A7%C3%A3o+de+renda+mitos+e+dilemas+culti+2006&gs_l=mobilile-gws-wiz-serp.12...0.0..157999...0.0..00.0.0.0.....0.ggtSpDhFUkc

FILHO, Gilberto Montibeller (1993). **Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável, Conceitos e Princípios (132–140)**. Disponível em:

<https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=FILHO%2C+Gilberto+Montibeller+%281993%29.+Ecodesenvolvimento+e+Desenvolvimento+Sustent%C3%A1vel%2C+Conceitos+e+Princ%C3%ADpios+%28132+%E2%80%93+140%29>

FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL. **Fundos Solidários: tecendo redes, entrelaçando vidas**. 1. Ed. – Maranhão, 2016.

FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL. **Diagnóstico Territorial da Economia Solidária: Vale do Itapecurú e Cocais – Maranhão (Diocese de Coroatá)**. Maranhão, 2016.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como Práxis Pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

IBGE. *Cidades* - Maranhão >> Codó. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/codo>. Acesso em: 17 de julho de 2019.

LECHAT, Noëlle Marie Paule (2005). **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil [Em linha], Leituras cotidianas**. Disponível em:

http://google.com/sesrch?source=hp&ei=WC0xXcjQJvC65OUP_6C84Ao&q=as+ra%C3%ADzes+hist%C3%B3ricas+da+economia+solidaria+e+se+aparecimento+no+brasil&oq=&gs_l=mobile-gws-wiz-hp.1.3.4118.0.0..13179...0.0..0.0.0.0.....0.....8.4BZEH5ydCzk

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?** Disponível em: Revista de Ciências Sociais, vol. 2, núm. 1, junho, 2002, pp. 123-140 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/742/74220108.pdf>

PINTO, Liliane Faria Corrêa (2006). **Cooperativas de Café: uma leitura sobre as políticas públicas de incentivo ao cooperativismo, 1093 – 1922.**

Prefeitura de Codó. *História*. Disponível em: <<http://www.codo.ma.gov.br/x/codo/>>. Acesso em: 17 de julho de 2019.

SINGER, Paul (2002). “**A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Afrontamento, 71-107. Disponível em: <http://www.ceeja.ufscar.br/a-recente-ressurreicao-singer>.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**, v. II, *A maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**, v. III, *A força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c. (380 – 440).